



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Seminário

***Uma União Europeia
mais Coesa e mais Segura***

Sínteses EuroDefense – 7

Lisboa, Julho de 2006

Programa do Seminário

3 de Maio de 2006

Campus de Gambelas – Universidade do Algarve

14:30 Sessão de Abertura

Prof. Doutor João Guerreiro — Reitor da Universidade do Algarve (UALG)

Dr. António Figueiredo Lopes — Presidente do EuroDefense-Portugal

Comunicação – “20 anos de integração europeia de Portugal” — Grupo de alunos da UALG

15:00 1º Painel – “Governabilidade da União Europeia”

“Ratificação do Tratado: e agora?” — Prof. Doutor António Covas, Universidade do Algarve

“A UE como actor internacional” — Prof. Doutor João Marques de Almeida, Director do Instituto de Defesa Nacional

“Alargamento, coesão e diversidade” — Dr. João Salgueiro, Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal

Moderador: Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente do EuroDefense-Portugal

16:00 Debate

16:45 2º Painel – “Portugal e a Segurança Europeia”

“A PESC e os interesses de Portugal” — Prof. Doutor Luís Tomé, Universidade Autónoma de Lisboa

“Os jovens e a opinião pública europeia” — Dr.^a Maria Perpétua Rocha, EuroDefense-Portugal

“Portugal, parceiro europeu credível” — Dr. Jorge Cabaço, Associação DECIDE

Moderador: MGen Mário Lemos Pires, Vice Presidente do EuroDefense-Portugal

17:45 Debate

18:15 Encerramento

“Conclusões” — Grupo de alunos da Universidade do Algarve

Introdução

Em tempo de comemoração dos 20 anos de adesão de Portugal à CEE e do Dia da Europa (9 de Maio), a Universidade do Algarve, através do Centro de Documentação Europeia, e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal organizaram e realizaram, em parceria, o Seminário “*Uma União Europeia mais Coesa e mais Segura*” com a finalidade de promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia e da participação de Portugal, em particular no âmbito da sua coesão e segurança.

O Seminário, realizado no dia 3 de Maio de 2006, no *Campus* de Gambelas da Universidade do Algarve, teve como finalidade promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia e da participação de Portugal, em particular no âmbito da sua coesão e segurança.

Os portugueses têm participado muito pouco na concepção e construção da UE, que tem sido feita demasiado à margem dos cidadãos europeus. Acresce que as questões de segurança colectiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses muito baixa prioridade preocupando-se, quase em exclusivo, com a segurança individual.

O Seminário inseriu-se, assim, no propósito de congregar a participação dos jovens universitários na reflexão e debate sobre a construção da União, num caminho de partilha e compromisso europeus mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais.

Neste quadro, foi constituído um Grupo de Trabalho com alunos da Universidade do Algarve (UALG) que previamente debateram o tema do Seminário, prepararam um texto sobre os “20 anos de integração europeia de Portugal” que foi apresentado na Sessão de Abertura e que se organizaram para apresentar uma síntese sobre as intervenções dos conferencistas, o que aconteceu no encerramento do Seminário.

Presidiram ao Seminário o *Reitor da Universidade do Algarve, Prof. Doutor João Guerreiro* e o *Presidente do EuroDefense-Portugal, Dr. António Figueiredo Lopes*.

O tema do Seminário, bastante abrangente e convergente com os objectivos do EuroDefense-Portugal foi abordado com muito interesse e objectividade pelos conferencistas (ver Programa) *Prof. Doutor António Covas, UALG, Prof. Doutor João Marques de Almeida, Director do IDN, Dr. João Salgueiro, Presidente do Conselho Geral do EuroDefense-Portugal, Prof. Doutor Luís Tomé, UAL, Dr.ª Maria Perpétua Rocha, ED-Portugal e Dr. Jorge Cabaço, Associação DECIDE*.

O Instituto da Defesa Nacional e a DECIDE – Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania apoiaram a preparação e realização do Seminário.

A composição da Comissão Organizadora (inserta nesta publicação) reflecte a parceria alargada que se constituiu para levar a bom termo este Seminário.

Por último, chama-se a atenção para a metodologia que presidiu à organização deste Seminário, particularmente orientada para a participação efectiva de um grupo de alunos nos trabalhos de preparação e da realização do Seminário. A comunicação apresentada pelo Grupo, na Sessão de Abertura, revela maturidade na apreciação da evolução positiva de Portugal ao longo dos 20 anos de integração europeia, assim como realismo e alguma apreensão quanto à visível dificuldade de adaptação da administração do Estado Português no novo espaço de convívio. Mais positiva é a avaliação de Portugal na participação na União como actor internacional, nomeadamente no âmbito da segurança e defesa e a esperança que o Grupo manifesta quanto ao futuro: “Oxalá consigamos prosseguir o sonho europeu!”.

De referir, ainda, o interessante e vivo debate que ocorreu após o 2º Painel, entre os conferencistas e, particularmente, com os elementos do Grupo de Trabalho, sobre o processo do desenvolvimento da PESD e da atenção que Portugal deve conferir à garantia dos seus interesses nacionais, como é o caso da *Lusofonia*, que não são objectivamente cobertos pela Política Externa e de Segurança Comum mas que, por outro lado, pode beneficiar de oportunidades que aquele processo permita, por exemplo, no quadro das relações e actividades da União com as regiões onde se situam os países membros da CPLP.

Para evidenciar o propósito da metodologia de participação dos alunos, optou-se por, nesta publicação das Sínteses EuroDefense, apenas inserir os textos elaborados pelo Grupo de Alunos da UALG.

Aqui renovamos os nossos agradecimentos à Universidade do Algarve e ao seu Centro de Documentação Europeia, que acolheram este Seminário, e a todos os que nele participaram, em particular aos distintos conferencistas, ao Grupo de Alunos da UALG e à Comissão Organizadora que teve vontade e capacidade para organizar e conjugar os esforços necessários para o êxito desta actividade.

Lisboa, Julho de 2006

O Presidente da Direcção

António Figueiredo Lopes

Uma União Europeia mais Coesa e mais Segura

Comunicação

Portugal e a União Europeia

20 anos depois, um breve balanço

Portugal aderiu às Comunidades Europeias em 1986. Vinte anos depois é tempo de balanço. Quatro áreas temáticas cobrem o essencial desse período, a saber: a sociedade e os cidadãos, a economia e as empresas, o Estado e a administração e as relações exteriores e a segurança. Eis um balanço muito breve do período 1986-2006.

No que diz respeito à sociedade e os cidadãos

Um projecto com os objectivos e a heterogeneidade da UE envolve (envolveu e envolverá(?)) sempre um esforço de ‘aproximação’ a valores comuns que confirmam um quadro de referência para uma ‘identidade europeia’.

Esta é uma questão muito sensível e que faz os ‘europeus’ defrontarem-se com os valores que afirmam possuir – nomeadamente a tolerância e a igualdade, num contexto de crise das economias europeias, onde o fenómeno do desemprego tem despoletado tensões sociais. Por outro lado, as relações Norte-Sul e as políticas de apoio ao desenvolvimento ‘entram’ no topo da agenda europeia.

O conhecimento é o factor competitivo fundamental das sociedades contemporâneas. Cada vez mais, as redes e parcerias entre universidades e empresas se torna determinante da ‘saúde’ e competitividade empresarial. Por outro lado, as qualificações e o saber são cada vez mais valorizados.

A coesão económico-social é um dos desígnios fundamentais dos planos e estratégias da UE. A integração europeia tem procurado diminuir as disparidades entre regiões, no entanto, o esforço financeiro que tal envolve tem conduzido a um questionamento – terá sido feito um aproveitamento eficiente dos fundos comunitários e ter-se-ão assistido a ganhos reais de convergência?

No que concerne à economia e às empresas

Portugal cumpre 20 anos de “sonho europeu”, após ter assinado o acordo de adesão à então CEE, em 1986, juntamente com Espanha. A recém República livre, 12 anos depois do 25 de Abril, viu no projecto europeu o comboio certo, para uma fuga aos anos de isolamento e de atraso a que estivera submetida. A democracia já não estava em causa, mas a integração europeia consolidava a estabilidade política, bem como, a prosperidade económica, tornando-se também como uma garantia no que respeita à segurança e protecção.

Portugal conseguiu, nos primeiros anos de adesão uma convergência económica e social para os padrões médios europeus das condições de vida e de trabalho. Embora não se tenham esbatido as diferenças, que ainda hoje se mantêm, a construção de infra-estruturas educativas, de transportes e produtivas foram o foco do investimento.

Em virtude da transição para o Euro, Portugal ficou privado do ajustamento das taxas de paridade cambial. Além disso, Portugal parece ter dificuldades em cumprir as regras que a moeda única impõe.

A convergência iniciada com a adesão, abrandara desde a viragem do século. A fiscalidade pouco atractiva e a perda de competitividade tem dificultado o cumprimento das directrizes europeias. As famílias portuguesas encontram-se sobreendividadas, as empresas enfrentam a concorrência internacional num ambiente de concorrência agressiva. A conjuntura internacional não parece dar sinais de melhoria, a avaliar pela subida do petróleo e o agravar de “conflitos tácitos”.

O sucesso da integração europeia, numa perspectiva económica é praticamente incontestado, face à ameaça da competição global para a nossa pequena economia. Os desafios actuais já não são portugueses, mas europeus. Somos tributários do espírito de construção europeia. Convivemos com a necessidade de dar resposta aos desafios internos e, em simultâneo, não descurar a dimensão europeia.

Em relação ao Estado e à administração

A União Europeia, concede subsídios que o Estado e a administração procuram gastar ao máximo, mas não aproveitam para levar a cabo as necessárias reformas, não acompanhando assim o movimento geral da modernização da economia. Portugal consegue transpor o direito europeu de uma forma correcta. O Estado não tem coragem para evitar o crescimento da despesa pública, pois sente-se pressionado pelas lutas corporativas, levando assim a um défice excessivo nas contas públicas. A administração pública trata os utentes como suspeitos o que leva ao aumento da burocracia, tornando assim a máquina do estado muito pesada. Segundo a OCDE a clandestinidade da economia cresce para níveis próximos de 23%.

Em relação às relações exteriores e segurança

A posição geo-estratégica de Portugal coloca-o numa posição privilegiada no contexto da União Europeia, pois historicamente somos um país de fronteiras atlânticas que mantém boas relações nos quadros em que se insere; A vizinha Espanha, os países de Expressão Portuguesa, e outros países com os quais Portugal está ligado pela Migração, as Alianças e as relações Mediterrânicas, representam claramente oportunidades de intercâmbio económico, cultural e social.

A nossa soberania Atlântica tem e deve manter-se, pois é quase como que uma posição histórica que devemos preservar e valorizar como parte da nossa identidade e segurança.

Em matéria de segurança, devido ao terrorismo internacional, Portugal reformulou a política de segurança interna para ter em conta o novo quadro institucional da cooperação judicial e penal da União Europeia (pelouro da Justiça e Assuntos Internos).

É de salientar as cooperações estruturadas no âmbito da PESD, nomeadamente a posição importante na EUFOR (Bósnia-Herzegovina). Portugal tem procurado integrar-se nesta dinâmica internacional e tendo assumido uma participação relativa relevante no contexto europeu.

Oxalá, consigamos prosseguir o sonho europeu.

O Grupo de Alunos da Universidade do Algarve

Anne Pereira (Faculdade de Economia)

Francisco Nascimento (Faculdade de Economia)

João Louzeiro (Escola Superior de Tecnologia)

José Neves (Faculdade de Economia)

Nelson Pires (Escola Superior de Tecnologia)

Nuno Margalho (Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente)

Nuno Oliveira (Faculdade de Economia)

Susana Cabaço (Faculdade de Economia)

Síntese conclusiva das conferências proferidas no Seminário

Em nome de todos os estudantes da Universidade do Algarve queremos agradecer a todos os ilustres conferencistas as suas intervenções e contributos. Dizer, ainda, que nos parece fundamental que se faça uma reflexão alargada sobre o futuro da União Europeia.

Gostaríamos de deixar alguns dos traços fundamentais das intervenções proferidas.

O **Professor António Covas** trouxe-nos uma reflexão em torno do impasse gerado pelos ‘nãos’ da França e da Holanda, traçando quatro cenários possíveis para o futuro (não muito longínquo) da União Europeia: dois cenários em que o Conselho mantém o mesmo projecto de Tratado, havendo novas ratificações nos países que votaram negativamente; ou mantém o mesmo projecto de Tratado, com as alterações propostas pelos Estados, que não ratificaram.

Em alternativa, o Conselho pode propor alterações profundas ao Tratado e invalida, por isso, as ratificações positivas já realizadas; ou retira e abandona o projecto de Tratado, com a recomendação de que se faça ‘uma revisão cirúrgica e modesta’, de modo a estabilizar a União, respondendo aos problemas institucionais mais urgentes.

Assistimos, pelo **Professor João Marques de Almeida**, a uma apresentação relativa à actuação da União Europeia enquanto actor internacional, desde as dinâmicas institucionais e dos Estados-membros (de uma UE em crise de valores e poder) que conduziram à criação dos mecanismos de acção externa como a PESC, até ao actual enquadramento político e geoestratégico.

Por seu turno o **Dr. João Salgueiro** centrou-se na questão do alargamento, sendo este um dos temas mais debatidos e de maior importância no espaço europeu, tendo emergido novos desafios aos Estados Membros, nomeadamente, como lidar com a coesão e a diversidade dos vários cidadãos e culturas, numa altura em que se está a criar um tratado constitucional europeu.

A este nível é importante que a União saiba definir bem a sua diversidade e daí retirar mais valias, na oferta cultural ao Mundo e no exemplo do respeito, educação e coexistência de várias culturas, assim como no combate à pobreza e à exclusão social.

A variedade das valências de cada estado membro ajuda a fortalecer a União onde a inovação é um grande ponto de afirmação da Europa e deve ser também de Portugal. O Dr. João Salgueiro defendeu a tese de que é a capacidade e vontade de afirmação que são a chave para a consolidação do projecto europeu.

O **Professor Luís Tomé** sublinhou a importância de Portugal ter conseguido ver contemplados na PESC (Política Externa e de Segurança Comum) alguns dos seus principais objectivos e prioridades, essencialmente, porque estes eram razoáveis e consonantes com os interesses dos outros Estados Membros, do relacionamento com África e a América Latina.

Apesar disto e analisando de uma forma mais profunda o Quadro da PESC, pode-se questionar de forma pertinente: Onde é que ficam os interesses de Portugal? Não tendo o nosso País os mecanismos de afirmação externa ao nível do de outros parceiros da UE, em que áreas será possível e/ou desejável preservar uma acção externa autónoma e específica de Portugal?

A PESC fez progressos notáveis, mas continuam a existir sérios dilemas – entre eles, o sempre difícil equilíbrio entre o modelo intergovernamental e a eficácia colectiva.

O grande desafio no que concerne à PESC, situa-se essencialmente no âmbito da PESC (Política Europeia de Segurança e Defesa), pela exigência de reforço de capacidades, pela necessidade de harmonizar a autonomia da UE com a complementaridade em relação à NATO e à ONU e pela tendência para que alguns actuem em nome do colectivo europeu, rumo ao futuro.

A **Dr.ª Perpétua Rocha** apresentou um historial da participação de jovens no debate dos temas da Segurança e Defesa da União Europeia e um testemunho da importância decisiva que assume a opinião pública jovem numa sociedade que se quer democrática, progressiva e inovadora. Na intervenção proferida foi salientada a importância destes assuntos continuarem a ser entendidos de forma interdisciplinar, para que se possa ultrapassar um grau de conhecimento relativamente baixo face a questões de segurança e defesa.

Para finalizar, a opinião de um jovem e de uma associação de juventude dedicada às temáticas da segurança e defesa, pelo **Dr. Jorge Cabaço**, relativamente ao enquadramento estratégico de Portugal na Europa e no Mundo e os desafios colocados pela necessidade de uma afirmação credível no contexto comunitário. Foram ainda propostas linhas de acção estratégica junto de diversas instâncias representativas dos eixos mais avançados de integração europeia em matéria de justiça e assuntos internos, segurança e defesa.

Por fim, gostaríamos de reafirmar o nosso apreço por esta iniciativa e pelos contributos que foram dados para esta reflexão fundamental.

O Grupo de Alunos da Universidade do Algarve

Anne Pereira (Faculdade de Economia)

Francisco Nascimento (Faculdade de Economia)

João Louzeiro (Escola Superior de Tecnologia)

José Neves (Faculdade de Economia)

Nelson Pires (Escola Superior de Tecnologia)

Nuno Margalho (Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente)

Nuno Oliveira (Faculdade de Economia)

Susana Cabaço (Faculdade de Economia)

Seminário Universidade do Algarve – EuroDefense

Comissão Organizadora

Prof. Doutor António Covas (Universidade do Algarve)

MGen. Mário Lemos Pires (EuroDefense-Portugal)

Dr.^a Maria João Barradas (Centro de Documentação Europeia – UALG)

Cor. Américo Rodrigues de Paula (EuroDefense-Portugal)

Dr. Jorge Cabaço (Associação DECIDE)

Nelson Pires (Estudante da Escola Superior de Tecnologia – UALG)

Susana Cabaço (Estudante da Faculdade de Economia – UALG)



Centro de Documentação Europeia



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Campus de Gambelas
8005-139 Faro
Tel.: (351) 289 810 560
Fax.: (351) 289 810 568
E-mail: secgre@ualg.pt
Site: <http://www.ualg.pt>

EURODEFENSE-PORTUGAL

Praça das Indústrias
Apartado 3200 – EC Junqueira
1301-965 Lisboa
Tel: (351) 21 360 11 15
Fax: (351) 21 363 56 08
E-mail: eurodef@aip.pt
Site: eurodefense.aip.pt